

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
MATHEUS DOS SANTOS**

**ANALISE ECONÔMICA DOS EFEITOS DA
DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTISMO**

Taubaté – SP

2022

MATHEUS DOS SANTOS

**ANALISE ECONÔMICA DOS EFEITOS DA
DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTISMO**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômica.

Orientador (a): Prof. José Joaquim do Nascimento

**Taubaté – SP
2022**

Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

S237a Santos, Matheus dos
Análise econômica dos efeitos da desindustrialização e o desenvolvimentismo.
Matheus dos Santos - 2022.
36 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Gestão e Negócios, Taubaté, 2022.
Orientação: Prof. Me. José Joaquim do Nascimento, Departamento de Gestão e
Negócios.

1. Desindustrialização - Brasil. 2. Política econômica. 3. Desenvolvimento
econômico I. Título.

CDD 338.981

MATHEUS DOS SANTOS

**ANALISE ECONÔMICA DOS EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTISMO**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômica.

Orientador (a): Prof. José Joaquim do Nascimento

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer profundamente a minha família por todo apoio que me ofereceram em um difícil para que eu conseguisse realizar a produção deste trabalho, em especial a meus pais, Maria Regina Pedrosa do Santos e Vicente Paulo dos Santos pelo incentivo constante.

Ao Prof. José Joaquim do Nascimento pelo apoio, motivação e dedicação no desenvolvimento do trabalho como mentor e orientador, obrigado por tudo e pelo suporte.

A Unitau e seu grupo docente pela prestação de serviços e anos de apoio durante meu período letivo e pela oportunidade de ser agraciado por ter tido o privilégio de praticar em um de seus projetos de pesquisa, assim como na realização deste trabalho.

Aos Profs. Drs. das bancas, pelas importantes sugestões que muito acrescentaram na conclusão deste trabalho.

" É você que tem poder sobre sua mente - não os eventos exteriores. Perceba isso e você vai encontrar a força." (MARCUS AURELIUS).

DOS SANTOS, Matheus. **ANALISE ECONÔMICA DOS EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTISMO.**: 2022. 36 f Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Bacharel em Ciências Econômicas. do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

A desindustrialização do Brasil é um processo em que ocorre a diminuição das empresas industriais do país. Isso acarreta na queda de seu tecido produtivo e da geração de riqueza. Desindustrialização e desenvolvimentismo são condições econômicas que divergem, pois, esta última, é um tipo de política econômica que se baseia na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com a participação ativa do Estado como base da economia. Tendo em vista a relevância deste tema, o estudo propõe-se neste trabalho analisar a atual situação do polo industrial do Vale do Paraíba, tendo como base o histórico de décadas passadas até a modernidade. Será estudado como ocorreu o surgimento do parque industrial, sua evolução e qual seriam os efeitos na população a partir dos anos. Trataria também de analisar a situação baseando-se nos fatores que mais proporcionariam um aumento da qualidade de vida da população local, utilizando uma crítica desenvolvimentista para discernir qual o atual estado do desenvolvimento econômico, quais seriam os afetos no PIB, quais outros setores seriam impactados. Utilizando a pesquisa bibliográfica como método adotado permitirá que haja uma percepção mais aproximada de como os acontecimentos afetaram a população da região. A partir do que foi apresentado, concluir as razões do que levou a realidade encontrada nas indústrias locais e se de fato está ocorrendo um processo de desindustrialização.

Palavras-chave: Desindustrialização, Desenvolvimentismo e Vale do Paraíba.

LISTA DE SIGLAS

CPEU: Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos

PED: Programa Estratégico de Desenvolvimento

Codivap: Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba

PRMEP: Plano Regional do Macro-Eixo Paulista

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PDUR: Política de Desenvolvimento Urbano Regional

ETN: empresas transnacionais

IDE: investimentos diretos estrangeiros

EPI: Economia Política Internacional

LISTA DE FIGURAS SIGLAS

Figura 1 – Gráfico de exportação de commodities e manufaturados	27
Figura 2 – Gráfico de queda da Industrialização	28

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	08
LISTA DE FIGURAS.....	09
SUMÁRIO.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema do trabalho.....	12
1.2 Objetivo do trabalho.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Problema.....	13
1.4 Relevância do Estudo.....	13
1.5 Delimitação do estudo.....	13
1.6 Metodologia.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 Industrialização no Vale Do Paraíba	15
2.2 Desenvolvimentismo.....	18
2.3 Desindustrialização	20
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	23
3.1 As Razões para a Desindustrialização do Vale do Paraíba.....	23
3.2 Análise Desenvolvimentista do Polo Industrial do Vale do Paraíba	28
4 RESULTADOS	33
4.1 Discussão	33
5 CONCLUSÕES	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimentismo é um tipo de política econômica que se baseia na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com a participação ativa do Estado como base da economia. Também é conhecida como uma teoria econômica que afirma que a melhor maneira de as economias menos desenvolvidas prosperarem é por meio do fortalecimento do mercado interno e da imposição de altas tarifas sobre produtos importados

A desindustrialização é marcada pela redução da atividade industrial em determinado país ou região. Quando isso ocorre, a economia do local volta a se sustentar nas atividades agropecuárias ou no setor de serviços. No Brasil pode ser vista como um processo em que vem ocorrendo a diminuição das empresas industriais do País. Isso vem acarretando uma queda em diversos indicadores econômicos regionais onde as empresas estavam instaladas e, conseqüentemente, atuando negativamente na geração de riqueza.

O que causou a desindustrialização no Brasil, para estudiosos do tema foram: a guerra fiscal entre as várias unidades da Federação, os salários mais baixos nas regiões menos desenvolvidas, a proximidade de fontes de matérias-primas, o nível da infraestrutura local e o desenvolvimento do Mercosul têm provocado o deslocamento da indústria em direção a diferentes regiões

Este fenômeno teve início nos anos 1980 e tem sido objeto de discussões inflamáveis em debates em todas as instâncias sociais preocupadas com os impactos que tal fato vem gerando. Preocupa-se que a redução da participação do setor industrial acarrete em uma queda do desenvolvimento econômico e em uma redução do comércio exterior. Bem como a re-primarização da economia leva a desindustrialização e, assim, a uma redução do nível de emprego industrial.

Tal ocorrência teria alto contraste com o histórico de alto crescimento da indústria nos anos de 1950 até 1970, no qual houve uma alta propulsão na criação de polos industriais por diversos meios, sejam por políticas públicas ou por investimentos internacionais.

Tendo o parque industrial no Vale do Paraíba em evidencia, podemos considera-lo como representante destas mudanças, uma área com um crescimento industrial abundante, com empresas nacionais e internacionais expandindo a geração de empregos e renda para as cidades neste local, mas que em anos recentes contrai-se a quantidade de indústrias presentes.

Por meio de uma análise com base em políticas econômicas de cunho desenvolvimentista, podemos mensurar os impactos sociais e econômicos de tal mudança, como seria possível amenizar este quadro e no futuro, revertê-lo. (2010 a 2021).

1.1 TEMA DO TRABALHO

O tema desta pesquisa seria a desindustrialização e suas consequências em uma população no qual dependia das indústrias manufatureiras para a geração de renda e que contribuía para o desenvolvimento da região.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

Analisar a intensificação industrialização nacional, especificamente na região do Vale do Paraíba, entre o início da década de 1950 até o ano de 2021. Elaborar sobre conceitos desenvolvimentistas e comparar com a atual realidade das cidades que juntas fazem parte do polo industrial do Vale do Paraíba.

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise sobre os fatores que influenciaram no passado as indústrias do Vale do Paraíba e os que a influenciam mais recentemente, dissertar sobre o desenvolvimentismo, a desindustrialização e como podemos defini-la e se estaria ocorrendo atualmente no Vale do Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

Elaborar uma linha temporal com os fatos relevantes ao desenvolvimento da indústria no Vale do Paraíba, no qual poderá ser refletido a situação mais abrangente no quesito nacional para fazer a relação de fatores determinantes na época como políticas públicas, movimentos e tendências.

Dissertar sobre os pontos e a visão da corrente do desenvolvimentismo, uma política econômica diretamente envolvida com o aumento da produção industrial e infraestrutura de uma nação por meio do envolvimento do Estado.

Por meio de observações, determinar se o Vale do Paraíba se encontra em processo de desindustrialização e como isso afeta o desenvolvimento da região e a geração de emprego.

1.3 PROBLEMA

O problema que será investigado neste trabalho será os efeitos negativos relacionados a saída das indústrias da região em destaque desta pesquisa e como os fatores regionais, nacionais e internacionais influenciaram nesta tomada de decisões que acarretam impactos a qualidade de vida dos cidadãos, como afetaria as cidades e os governos da região, em questões como a arrecadação e a queda do PIB.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância do tema está no fato que esse fenômeno tem relação direta com a redução do papel da indústria na geração de empregos e na composição do PIB. Concomitante a isso, os setores de alta tecnologia e educação, por exemplo, são os mais afetados, visto que recebem menos estímulo financeiro

Por meio de uma visão desenvolvimentista poderá ser feita a análise de qual foram os impactos negativos na região e sua população e quais poderiam ser as medidas tomadas para amenização e possível reversão deste quadro.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo é realizado sobre a região do Vale do Paraíba do Estado de São Paulo e seu polo industrial, desde da proliferação da indústria até a atualidade e dedica-se a compreender os processos e consequências da industrialização e subsequente desindustrialização da região, abrangendo neste ponto desde a década de 1950 até 2021.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia adotada dentre as diversas disponíveis para esta pesquisa foi a bibliográfica e a investigação explicativa.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como um dos métodos utilizados, sendo ela o estudo utilizando materiais públicos publicados em diversos meios de comunicação como livros, revistas, jornais, entre outros. (VERGARA, 2003).

A investigação explicativa foi escolhida pois tem como principal objetivo justificar os motivos de algo visto como inteligível. Procurando explicar como diversos fatores assistem, de uma maneira ou de outra, para que um determinado fenômeno ocorra (VERGARA, 2003).

Os métodos escolhidos permitiram consolidar uma visão generalizada da região do Vale do Paraíba e fatos que indicam um registro histórico e os desdobramentos de certos eventos relevantes no período como a saída de montadoras e outras indústrias regionais. A pesquisa bibliográfica se reveste de importância à medida que as estatísticas de emprego, renda, expansão comercial, entre outras variáveis poderão ser entendidas o comportamento ao longo do período.

Enquanto a técnica de investigação permitirá que seja criada com os registros históricos uma ordem cronológica continua dos eventos, permitindo a análise destes e suas consequências para chegar no quadro atual.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Industrialização no Vale Do Paraíba

O Vale do Paraíba foi um importante centro político e económico durante o ciclo do café. Enquanto o poder político da elite do café impediu a implementação de políticas de industrialização, os rendimentos gerados pela dinâmica económica regional ajudaram a promover as atividades urbanas durante o ciclo do café (VIEIRA, 2009).

A indústria surgiu como resultado das dificuldades que os agricultores estavam a enfrentar. Durante o século XIX, a região foi um dos principais centros da economia do café no país; no entanto, no início do século XX, as cidades pareciam estar a caminhar para o ostracismo. A segunda metade do século XX foi uma época em que a região se tornou um dos principais centros industriais do país. Isto deveu-se principalmente ao facto de existirem 99 cidades na região. O crescimento nesta área deveu-se às características naturais do vale, à construção da rodovia Presidente Dutra, e à política de descentralização promovida pelos governos estaduais e federal (VIEIRA, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra e a construção da Siderurgia de Volta Redonda, houve um extraordinário aumento da industrialização no Vale do Paraíba, nomeadamente nas cidades de São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Guaratinguetá, Cruzeiro, e Caçapava, com as modernas indústrias metalúrgicas e mecânicas (VIEIRA, 2009).

Novos centros tecnológicos e de desenvolvimento foram criados em São José dos Campos. O crescimento das atividades industriais em São José dos Campos e Taubaté pode ser parcialmente atribuído à política de desenvolvimento urbano-regional da cidade e à política de desenvolvimento nacional, que ajudou a atrair investimento (VIEIRA, 2009).

Durante os anos de milagre económico (1968-74), São José dos Campos lidera o crescimento económico regional, apesar de ter condições semelhantes a outras cidades, como Taubaté e Jacareí, quando se trata do acesso aos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A preferência da cidade por esta localização pode ser explicada pelas vantagens fiscais que a cidade oferece aos seus residentes. Observa-se que a industrialização está presente apenas algumas cidades da região, classificadas como grandes centros industriais em consideração ao número de operários (VIEIRA, 2009)

Na década de 1960, com a implantação do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED, o governo começou a adotar o conceito de polos de desenvolvimento, na definição de orientações de política económica e áreas prioritárias para os investimentos. O crescimento destas áreas teria um impacto positivo nas regiões vizinhas. Em 1967, o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CPEU) propôs a regionalização do estado de São Paulo, patrocinada pela Secretaria de Planeamento. O objetivo era criar divisões regionais e sub-regionais para que a máquina administrativa do estado pudesse funcionar mais eficazmente. A política de polos visava promover a descentralização industrial no Estado de São Paulo, dando aos municípios maiores um maior controlo sobre a sua economia. No Vale do Paraíba, São José dos Campos seria esta sede. A política agressiva de incentivos fiscais permitiu um rápido crescimento industrial nos municípios vizinhos, reduzindo os efeitos das economias de escala na metrópole (VIEIRA, 2009).

A dispersão da indústria pelas áreas metropolitanas levou ao aparecimento de zonas periféricas prósperas e de alta produtividade. Estas ilhas estão concentradas nas maiores cidades, com boas infraestruturas e próximas da rodovia Presidente Dutra, mas distantes dos problemas crónicos da região metropolitana de São Paulo. O Vale do Paraíba aumentou o seu papel no sector industrial do estado, o que ajudou a torná-lo num importante parque industrial. Isto deveu-se principalmente à presença de filiais de capital transnacional e empresas estatais envolvidas na produção aeronáutica, militar e tecnológica (VIEIRA, 2009).

Para melhor compreender o desenvolvimento industrial do Vale do Paraíba nos anos 70, temos primeiro de compreender o que seria um consórcio intermunicipal: uma parceria baseada numa relação de igualdade jurídica que permita a territorialização de problemas comuns a um grupo de municípios. O Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba – Codivap, foi fundado em 10 de outubro de 1970, como um dos primeiros consórcios no Brasil. Serviria de exemplo para o surgimento de novos consórcios em todo o país. O objetivo seria encontrar formas de resolver as questões comuns enfrentadas pelos municípios consorciados. Especialistas previram que o Vale do Paraíba, localizado ao longo do maior corredor industrial do país, se tornaria uma megacidade devido à sua proximidade com a Rodovia Dutra e o Rio Paraíba. O Consórcio esperava ajudar a melhorar a cooperação regional (VIEIRA, 2009).

Depois do Codivap, foi criado o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista – PRMEP. Esta iniciativa fazia parte de um conjunto mais vasto de políticas de desenvolvimento regional

preparadas pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. As orientações políticas para estas ações de desenvolvimento regional baseavam-se na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que foi criada com base no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. A nível estatal, a Política de Desenvolvimento Urbano Regional - PDUR, que foi delineada em 1976. Os objetivos do PRMEP eram procurar a integração das ações da política de desenvolvimento regional das várias agências governamentais envolvidas no processo de desenvolvimento do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, no seu trecho de São Paulo. A região incluía os municípios do Vale do Paraíba, da Serra da Mantiqueira, e do Litoral Norte de São Paulo. Em 1978, esta área era composta por 36 municípios. A diferença entre o Codivap e outros sistemas regionais de votação é que inclui os municípios do Litoral Norte, ao mesmo tempo que exclui os da Grande São Paulo (VIEIRA, 2009).

O relatório destas políticas conclui que grande parte dos problemas são decorrentes do intenso processo de industrialização com consequências não desejadas. Dessa forma, a apresentação dessas informações possibilitou que ações de planejamento mais direcionadas e de forma mais acertada fossem tomadas. Assim, o crescimento da atividade econômica, estimulado pela atividade industrial poderá contribuir de forma mais decisiva para o desenvolvimento regional (VIEIRA, 2009).

Em São Paulo, o crescimento do PIB industrial foi cerca de metade da taxa de crescimento para o Brasil como um todo. Este documento mostra a descentralização da atividade industrial em todo o estado, de acordo com o plano II PND. A produção de São Paulo, Brasil, representava 56,45% da produção nacional em 1970, mas tinha diminuído para 35,37% em 2000. Os programas de incentivos fiscais que outros estados e o Governo Federal implementaram nos anos 90 podem ter desempenhado um papel na atração de novos centros industriais para locais como Camaçari na Bahia, São José dos Pinhais no Paraná, e Gravataí no Rio Grande do Sul. Olhando para os indicadores na mesorregião, pode-se ver que algo não está a correr bem para o estado. No período em estudo, a produção industrial no Vale do Paraíba cresceu 702,96%, mais de três vezes mais do que as médias estaduais e nacionais. Este relatório mostra que a participação da produção industrial da região metropolitana cresceu de 4,14% em 1970 para 10,36% em 1980. Pode-se observar que a política de descentralização feita pela Política de Desenvolvimento Urbano Regional – PDUR paulista cumpriu os seus objetivos, que eram a descentralização da atividade industrial no Estado de

São Paulo (VIEIRA, 2009). No entanto, isto fez com que a região do Vale do Paraíba se tornasse um dos maiores centros industriais do Estado.

2.2 Desenvolvimentismo

Seria um conjunto de políticas econômicas eram reacionárias ao fracasso dos mercados e do liberalismo econômico. Influente durante o período de tempo entre meados dos anos 40 e o início da década de 60. Combinava ideias macroeconômicas keynesianas com a economia política clássica, e foi definido por economistas tão notáveis como Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Raul Prebisch, Hans Singer, Celso Furtado, e Albert Hirschman. Adotou uma abordagem histórico-dedutivo da economia, criticando a teoria econômica neoclássica e a lei das vantagens comparativas. Define a industrialização como uma mudança estrutural e o principal meio para se atingir o desenvolvimento econômico, e aponta a "restrição externa" de duas elasticidades de rendimento perversas como uma razão adicional para a política de industrialização. Aceita também a tese de crescimento por meio de dívida externa. Finalmente, advogava um papel ativo do Estado na industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

As três ideias econômicas centrais eram a industrialização, o financiamento externo, e um papel de liderança para o Estado. O planejamento econômico foi atribuído um lugar proeminente a esta política. A ideologia por detrás desta política era um nacionalismo econômico ou desenvolvimentismo. A principal proposta política era a formação de uma coligação de classe desenvolvimentista formada por empresários industriais associados à tecnoburocracia pública e trabalhadores para levar a cabo a revolução capitalista ou burguesa (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Na década de 1960, contudo, o desenvolvimentismo clássico viu-se atacado pela interpretação da dependência associada e, no final da década de 1970, pelo monetarismo ou, em termos mais gerais, pela teoria econômica neoclássica, que na altura estava a recuperar a hegemonia acadêmica que tinha perdido para o pensamento keynesiano na década de 1930. Na década de 1970, uma crise econômica introduziu a teoria econômica neoclássica, que mais uma vez foi dominante nas universidades. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a ideologia neoliberal tornou-se a ideologia dominante, juntamente com a liberalização econômica e a globalização que a acompanhou (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

O novo desenvolvimentismo possui três subdisciplinas diferentes dentro de si. Uma centra-se na economia política, tal como a formação do Estado-nação e o papel das coligações de classe desenvolvimentista durante as revoluções industriais e capitalistas. Oferece uma crítica ao imperialismo moderno, exortando os países em desenvolvimento a incorrerem em défices de conta corrente para tentarem crescer. E finalmente centra-se em questões de desenvolvimento específicas a cada país, tais como o desenvolvimento da agricultura ou dos cuidados de saúde. Uma outra subdisciplina seria microeconomia baseada na teoria do valor do trabalho e na tendência para equalizar as taxas de lucro foi escrita por um autor famoso. Trabalha com os conceitos de mudança estrutural, de deslocar a mão-de-obra para sectores mais produtivos e sofisticados que pagam melhores salários e implicam um maior valor acrescentado per capita, de aumentar o retorno à escala, e com propostas de política industrial estratégica que complementam o equilíbrio macroeconómico dos preços, não compensando o seu desequilíbrio. A macroeconomia seria a última subdisciplina, está fortemente interessada nos cinco preços macroeconómicos: a taxa de lucro, que deve ser satisfatória para as empresas investirem, a taxa de juro em torno da qual o banco central conduz a política monetária deve ser baixa, a taxa de câmbio que deve tornar competitivas as empresas que utilizam tecnologia de ponta, a taxa salarial que deve ser compatível com a taxa de lucro satisfatória que cresce com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação que deve ser muito baixa. No entanto, o mercado não garante definitivamente que estes preços macroeconómicos se mantenham certos (BRESSER-PEREIRA, 2016a).

Em resumo, comparando o novo desenvolvimentismo com o desenvolvimentismo clássico, saliento algumas diferenças básicas:

1. O desenvolvimentismo clássico tinha como objetivo principal os países pré-industriais; o novo desenvolvimentismo, os países de rendimento médio, que já realizaram a sua revolução industrial e capitalista.

2. O desenvolvimentismo clássico baseou-se na tese da indústria nascente e na proteção da indústria nacional; o novo desenvolvimentismo exige condições de igualdade para as empresas industriais, que não contam com esta igualdade principalmente porque a sua taxa de câmbio tende a ser sobrevalorizada a longo prazo.

3. O desenvolvimentismo clássico defendeu a política de crescimento com poupança ou dívida externa; o novo desenvolvimentismo rejeita-a.

4. O desenvolvimentismo clássico defendeu o modelo de substituição das importações; o novo desenvolvimentismo, um modelo baseado na exportação de bens manufaturados apoiado por um equilíbrio industrial ou por uma taxa de câmbio competitiva; por outras palavras, o novo desenvolvimentismo defende uma integração internacional competitiva dos países em desenvolvimento, em vez de uma integração subordinada (BRESSER-PEREIRA, 2016a).

2.3 Desindustrialização

O fenómeno da desindustrialização tem sido estudado por economistas e cientistas sociais durante anos, mesmo antes de ter ocorrido em países mais desenvolvidos. Na realidade, é algo como uma "previsão" da sociedade pós-industrial (SILVA; LOURENÇO, 2014).

Portanto, uma vez que a perda de emprego industrial para o sector dos serviços é considerada uma parte natural do desenvolvimento económico, é assim que é tratada no âmbito destas definições. Esta hipótese foi levada por estudiosos que tentaram explicar a desindustrialização nas economias desenvolvidas. Atribuindo-lhe, portanto, um certo grau de automatismo do mercado (SILVA; LOURENÇO, 2014).

O argumento é que inicialmente, o emprego estava concentrado no sector primário da economia, mas à medida que a modernização da agricultura continua, este sector começa a despedir trabalhadores que podem ser absorvidos por outros sectores, especialmente pela indústria transformadora. À medida que a indústria continua a expandir-se, são criados mais empregos no sector dos serviços, que depois deslocam os empregos no sector industrial. Nesta última fase de transição, ocorre o que veio a ser chamado na literatura de "desindustrialização". A indústria gradualmente perde a sua participação no PIB à medida que diminui a sua importância em relação a outros sectores da economia. Em vez disso, o emprego industrial está a perder a sua quota-parte no emprego total (SILVA; LOURENÇO, 2014).

No entanto, Tregenna (2011), em um estudo de 28 países concluiu que a redução do emprego industrial foi também acompanhada por uma redução da parte da produção industrial no PIB em pelo menos 17 países. Isto revela, em contraste com os autores acima citados, um crescimento diferenciado da produção entre sectores e, portanto, uma mudança estrutural em

termos de produção. Assim, uma análise da indústria apenas do lado do emprego pode ocultar a verdadeira situação industrial do país e omitir o processo de mudança estrutural do produto que é inerente ao processo de desenvolvimento económico (SILVA; LOURENÇO, 2014).

No caso da desindustrialização causada por alterações na elasticidade da procura de rendimentos entre sectores, parece ocorrer uma espécie de generalização da Lei de Engel. Na fase de industrialização, a elasticidade de rendimento da procura de alimentos diminui à medida que o rendimento per capita aumenta. Ao mesmo tempo, a elasticidade de rendimento da procura de bens manufaturados aumenta, de modo que a economia consome mais produtos industrializados face ao consumo de alimentos. À medida que a produtividade aumenta na indústria, os preços dos bens manufaturados diminuem. Portanto, é possível comprar uma certa quantidade de produtos manufaturados com uma fracção menor do rendimento. À medida que o rendimento aumenta, a procura de produtos manufaturados diminui, mas a procura de serviços aumenta. À medida que a procura de serviços cresce, são criados mais empregos, o que leva a uma maior proporção de emprego nos sectores que fornecem estes serviços. Isto reduz a percentagem de emprego em outros sectores (SILVA; LOURENÇO, 2014).

A recente liberalização financeira após a década de 1980 teve um impacto negativo na capacidade dos países em desenvolvimento de gerirem de forma independente as suas políticas industriais, retardando o seu crescimento económico. De acordo com estudos, o aumento dos fluxos de capital reduz o nível de investimento físico através de

- 1) taxas de juro reais mais elevadas;
- 2) aumento da incerteza devido a uma maior volatilidade macroeconómica; e
- 3) aumento da procura de bens não transacionáveis

De todos os fatores que causam a desindustrialização, a doença holandesa, em regra, é a única que leva à desindustrialização no sentido negativo do termo. A doença holandesa é um problema em que a indústria de um país se torna menos competitiva devido ao aumento do valor da sua moeda devido à descoberta de recursos naturais ou à apreciação dos preços internacionais de produtos chave exportados por esse país, chegando a afetar os países da América Latina nos anos 90. A doença holandesa é o resultado da desindustrialização e não acontece automaticamente. Quando o país é infectado, a indústria perde normalmente a sua

quota de mercado, e acaba por fechar (SILVA; LOURENÇO, 2014). Com isso possuímos agora um melhor entendimento de fatos que levam a desindustrialização.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

3.1 As Razões para a Desindustrialização do Vale do Paraíba

Nesta Podemos ver a situação do Vale do Paraíba não apenas em um contexto nacional como também internacional. Ao realizar esta pesquisa nos deparamos com a nova divisão internacional do trabalho – DIT, que enquadra as estruturas produtivas dos países periféricos aos requisitos da acumulação capitalista dos países avançados, a DIT transforma ambas as dinâmicas (interna e externa) da acumulação do capital industrial. Faz com que desindustrialização não seja apenas um problema de competitividade industrial. (HAFFNER; SILVESTRE, 2016)

Na década de 1970, foi enfatizado os processos de realocação e reestruturação espacial do capital industrial. Tais transformações têm conduzido à busca de vantagens competitivas entre países e regiões mais favoráveis ao desenvolvimento do capital industrial (HAFFNER; SILVESTRE, 2016). Como observamos nas aplicações de investimento externo na região do vale do Paraíba, contribuindo para o seu desenvolvimento industrial na época e também o seu desenvolvimento tecnológico.

O aumento da internacionalização da produção das empresas transnacionais (ETNs), através de investimentos diretos estrangeiros (IDE) e da liberalização financeira e comercial, levou à desindustrialização da economia brasileira. Esta movimentação de recursos pode ser vista com um problema da Economia Política Internacional (EPI). Isto afeta diretamente o processo de expansão e reconfiguração da riqueza capitalista, tal mudança ocorrendo como resultado da globalização e seus desdobramentos (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

A nova DIT baseia-se no padrão de estratificação comercial que se tem vindo a desenvolver desde os anos 80. O uso crescente de políticas de abertura econômica em todo o mundo ajudou a estimular o aumento do comércio entre as indústrias, ao mesmo tempo que ajudou a redistribuir as estruturas industriais em todo o mundo. A globalização não teria sido possível sem um afrouxamento gradual das restrições comerciais (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Com o crescimento da produção internacional que manteve forte a dinâmica da concorrência global e propulsionava o desenvolvimento dos mercados globalizados, o neoliberalismo tem se tornado uma força política poderosa e a internacionalização da

produção recebeu um impulso decisivo. A diminuição dos custos de transporte significa que a produção pode agora ser dispersa por diferentes regiões do mundo. O avanço das tecnologias de informação, a redução dos custos do comércio internacional, e a redistribuição global de certas atividades económicas levaram a uma maior especialização em cada segmento da produção industrial e à externalização da produção em todo o mundo (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Os problemas da indústria podem ser vistos na perspectiva do movimento de globalização, em que o capital industrial se desloca para regiões com abundantes recursos naturais, enquanto regiões com maior disponibilidade de mão-de-obra barata se voltam para o fornecimento de bens estratégicos ao mercado internacional. Desta forma, as transformações na estrutura de produção e emprego, que representam a divisão social do trabalho do capitalismo patrimonial, e acompanham a expansão dos serviços, conduzem-nos ao conceito de desindustrialização como um fenómeno ligado essencialmente à globalização económica e ao novo DIT. A ordem económica mundial não consiste em tornar todos os países industriais iguais, mas sim em tornar os países mais ricos ainda mais ricos (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

O movimento de produção intensiva de mão-de-obra para países mais pobres, enquanto os países avançados se especializam na produção de serviços de capital intensivo, faz parte das transformações no DIT que conduziram à globalização económica. A globalização levou a uma deslocação do centro e da estrutura da acumulação capitalista no sistema económico internacional, com a integração de economias mais vulneráveis à exploração pelo regime de acumulação financeira na nova ordem económica mundial. Com isso, o novo DIT tem causado muitos danos aos trabalhadores, que tiveram os seus empregos arrancados em muitos países (HAFFNER; SILVESTRE, 2016) e como o exemplo mais notável no caso Brasileiro, a Ford, que não apenas saiu da região do Vale do Paraíba, mas o país inteiro.

Os ETN podem ter um impacto significativo na estrutura de produção e emprego, tanto nas economias avançadas como nas últimas economias industrializadas, através da transferência de estruturas de produção mais intensivas em mão-de-obra. Isto pode ser uma desvantagem para os trabalhadores que podem acabar por perder os seus empregos. Os ETNs podem ajudar a criar desemprego nas economias avançadas através da transferência de tecnologia com mão-de-obra intensiva para países com salários baixos, mantendo ao mesmo

tempo a produtividade laboral em países atrasados, mantendo a tecnologia com capital intensivo em países com salários altos. Isto acabará por distorcer a distribuição do rendimento da inovação tecnológica entre os trabalhadores no mercado mundial (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

A globalização económica tem tido um impacto negativo na competitividade da América Latina e da Europa, com os EUA e alguns países asiáticos emergentes a tornarem-se mais poderosos. Isto exerceu pressão sobre os orçamentos fiscais, e afetou negativamente o emprego industrial e as políticas públicas nas economias de industrialização tardia (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Com a abertura do comércio e dos mercados financeiros em 1991, o Brasil tornou-se o último país emergente a entrar no sistema financeiro global através de uma moeda sobrevalorizada e de empréstimos pesados provenientes do estrangeiro. Segundo Tavares (2002), ao entrar de forma subordinada no quadro financeiro global, o Brasil tornou-se prisioneiro de uma armadilha financeira externa e interna, refletida no aperto das políticas cambial e de taxas de juro, cujo resultado é um declínio nas exportações industriais e uma economia cada vez mais dependente das oscilações dos mercados internacionais. Como o investimento estrangeiro continua a desempenhar um papel mais importante nas economias dos países industrializados, alguns questionam os benefícios de tal investimento. Os países periféricos precisam de restaurar a capacidade de intervenção do governo e redefinir os objetivos a longo prazo do seu país, a fim de orientar as escolhas e políticas de investimento (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

O atual sistema de acumulação significa que as decisões tomadas por um pequeno número de gigantes empresariais no sector financeiro estão concentradas em obter lucros rápidos em vez de expandir os seus negócios para novos mercados. A ideia de que a economia pode crescer independentemente da forma como os investimentos produtivos e o progresso técnico são utilizados fez com que a América Latina experimentasse uma expansão dos ativos financeiros cinco ou seis vezes superior à taxa de crescimento do PIB nos últimos anos. Desde o abandono da política industrial na América Latina, as finanças têm vindo a assumir um papel central na acumulação capitalista, com a dívida pública a desempenhar um papel importante. Isto contrasta fortemente com o industrialismo observado na Ásia Oriental (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Esta análise sugere que a desindustrialização das economias capitalistas é menos o resultado do desenvolvimento das forças produtivas sociais do que da necessidade de ultrapassar a crise estrutural do capital. O presente DIT não é o resultado do progresso técnico industrial das economias de industrialização avançada, como sugere o argumento de que foi o aumento da produtividade laboral que levou à desindustrialização das economias centrais, da mesma forma que não foi o avanço tecnológico da indústria que levou à expansão do mercado mundial e à globalização económica, mas os problemas de acumulação capitalista, essencialmente ligados às condições de produção, a partir da crise estrutural do capital, que induziram a redistribuição geográfica da indústria mundial. Por conseguinte, tem sido difícil compreender o processo de desindustrialização de forma isolada, como um fenómeno nacional, sem considerar os efeitos da globalização económica na estrutura de produção e emprego das economias nacionais (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Para compreender a situação da indústria brasileira e do Vale do Paraíba, precisamos de compreender o conceito de doença holandesa, que é definida como a perda de competitividade da indústria causada por um aumento do valor da moeda do país, derivado da descoberta de recursos naturais ou da valorização dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo país (Bresser-Pereira, 2008). Na última década, este conceito foi alargado por Palma (2005), que também começou a caracterizar a doença holandesa como a valorização cambial que resulta da política económica, tal como a liberalização comercial e financeira que ocorreu nos países da América Latina nos anos 90. Assim, a doença holandesa é uma causa e não uma consequência da desindustrialização, quando o país é contaminado por esta doença, a indústria tende a perder a participação tanto em termos relativos como absolutos, de modo que a indústria tende a ser desmantelada (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

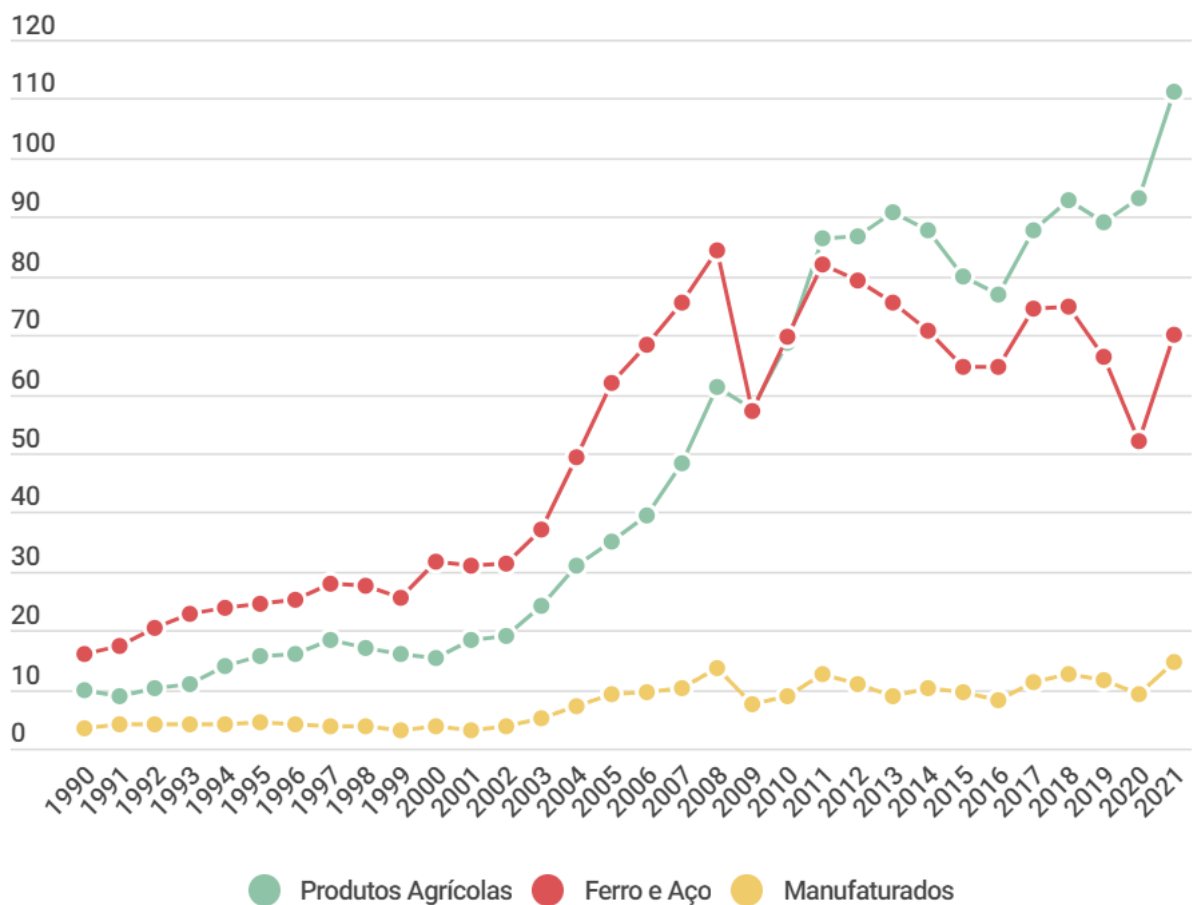
A nova divisão internacional do trabalho ocorreu como resultado do comércio internacional e dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Os países avançados com economias relativamente abertas tenderam a mostrar crescimento nas importações de mão-de-obra intensiva. Estas importações reduziram-se em relação à produção interna, causando uma perda de empregos de baixa qualificação. No contexto do abrandamento do crescimento que se seguiu ao fim dos anos dourados, o sector da exportação criou um grande número de empregos com grande intensidade de mão-de-obra, mas estes empregos não foram

suficientes para manter estável o nível de emprego industrial (HAFFNER; SILVESTRE, 2016).

Com o entendimento destas circunstâncias podemos definir o quadro brasileiro de uma maneira melhor, a tendencia dos mercados brasileiros foi de se posicionar mais fortemente com a exportação de commodities o que tendenciou na EPI tornar-se exportador de recursos naturais, o que influiu no país a doença holandesa. Podemos ver nos gráficos abaixo a mudança para uma economia mais focada na exportação de commodities, e como isso afetou a participação da indústria de transformação no PIB.

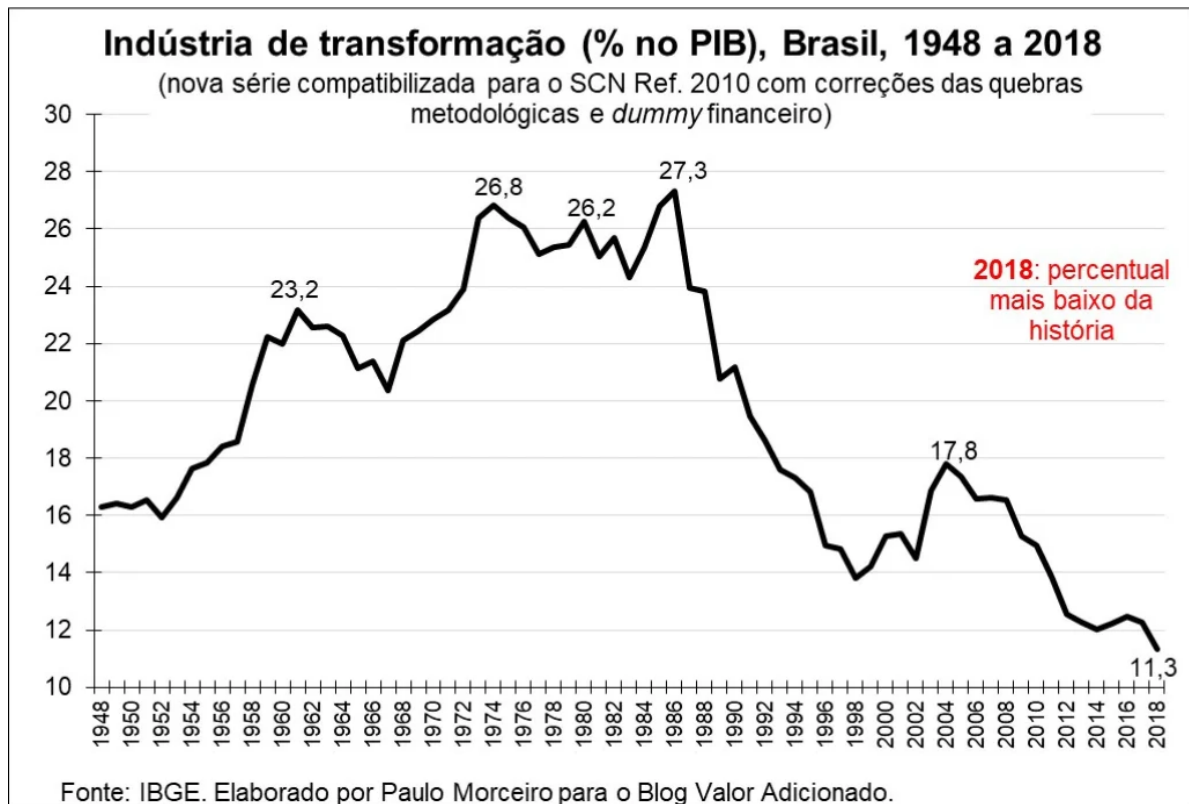
Figura 1 – Gráfico de exportação de commodities e manufaturados.

Exportação em Milhões de Dólares



Fonte: Elaboração do autor, dados da Organização Mundial de Comércio

Figura 2 – Gráfico de queda da Industrialização



Fonte: IBGE. Elaborado por Paulo Morceiro para o Blog Valor Adicionado

3.2 Análise Desenvolvimentista do Polo Industrial do Vale do Paraíba

Com a saída das empresas da FORD, LG e mais recentemente Caoa Chery podemos nos direcionar com questionamentos baseados na teoria desenvolvimentista sobre quais seriam os efeitos desta tendência de desindustrialização de acordo com os conceitos propostos pelo novo desenvolvimentismo.

O desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira dependem das taxas de lucro, câmbio, juros, salários e a taxa de inflação (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Com a saída das indústrias de manufatura, vemos que haveria um desequilíbrio desfavorável, pois houve a perda de salários, de tributação e como os produtos não serão mais produzidos no país, haverá uma taxa cambial que afetará negativamente a população.

Os preços não seriam são aqueles preços definidos pelo mercado, mas os que fazem sentido econômica e politicamente:

(a) a taxa de lucro deve ser satisfatória, ou seja, alta o bastante para motivar as empresas a investir;

(b) a taxa de câmbio deve tornar as firmas competentes, competitivas;

(c) o nível da taxa de juros deve ser o mais baixo possível;

(d) a taxa de salário deve aumentar com a produtividade e ser condizente com uma taxa de lucro satisfatória;

(e) a taxa de inflação deve ser baixa, inferior a dois dígitos (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Observemos que a saída destas empresas indica que um, se não diversos destes fatores não cumpridos, remetendo anteriormente sobre a reestruturação das empresas em um cenário globalizado, o Vale do Paraíba não se mostrou satisfatório no quesito da taxa de lucros, consequentemente com a saída das fabricas, não haveria mais salários para os desempregados, tornando os produtos, se importados de agora em diante, sujeitos a taxas de câmbios mais altas.

O desenvolvimento econômico seria um processo de acumulação de capital com a incorporação de progresso técnico que aumenta no longo prazo a produtividade e os salários e os padrões de vida; o aumento da produtividade envolve industrialização ou, mais precisamente, sofisticação produtiva, porque acontece menos devido à produção dos mesmos bens e serviços, e mais devido à transferência de mão de obra de setores de baixo para setores de alto valor adicionado per capita (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Com a saída das empresas, não haveria novas inovações técnicas trazidas para a região na área em que estas empresas produziam, no caso da LG como exemplo, softwares, hardware, todo o desenvolvimento de novas tecnologias trazidas por esta empresa não ocorreria mais, impedindo não somente a geração de empregos na área de produção, mas em áreas técnicas também.

O desenvolvimento econômico é o principal elemento do progresso, ou do desenvolvimento humano, que também envolve o aumento da segurança, o aumento das liberdades individuais, a redução das desigualdades e a proteção do meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Em um período de recessão iminente e uma economia afetada pela pandemia, vemos o retrocesso em todas estas áreas.

A taxa de crescimento depende da taxa de investimento, que depende da diferença entre a taxa esperada de lucro e a taxa de juros. A taxa esperada de lucro depende da existência de demanda efetiva (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Com a saída das empresas da

região, a taxa de demanda de investimento se torna zero, pois mesmo eu haja demanda por produtos, não há demanda para o desenvolvimento da região.

A taxa esperada de lucro também depende do nível da taxa de câmbio, porque o câmbio é não apenas volátil em torno do equilíbrio, mas, em países em desenvolvimento, dada a tendência à sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio, tende a ser sobrevalorizado no longo prazo (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Isto demonstra-se precisamente na relocação das indústrias em países onde a taxa de câmbio mais favorece aos empresariados. Podendo ser visto que quando a taxa de câmbio é sobrevalorizada no longo prazo, as firmas que empregam tecnologia de ponta ficam desligadas da demanda efetiva, já que a taxa esperada de lucro cai e pode tornar-se negativa, o que leva as empresas a reduzir, se não interromper, o investimento (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

O valor da taxa de câmbio, ou, mais especificamente, da moeda estrangeira, é o valor que cobre o custo mais um lucro razoável das firmas que participam do comércio exterior e garantem o equilíbrio da conta corrente do país (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Algo que pode indicar uma das razões da saída das empresas, como visto anteriormente, os custos, devido ao câmbio superam quaisquer lucros que as indústrias poderiam desejar.

Quando um país enfrenta a doença holandesa, a taxa de câmbio apresenta dois valores e dois equilíbrios correspondentes: o equilíbrio corrente, que é a taxa de câmbio que equilibra de maneira intertemporal a conta corrente do país, e o equilíbrio industrial, a taxa de câmbio que torna competitivas as firmas que empregam tecnologia de ponta em nível mundial (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Podemos observar mesmo ocorrendo a contração do setor industrial da região do Vale do Paraíba por motivos relacionados a pandemia, o fator do Brasil estar cada a vez mais focado apenas na exportação de recursos naturais, mesmo que seja em uma escala macro, isto afeta negativamente o interesse em proteger e investir no setor manufatureiro.

A doença holandesa é a sobrevalorização de longo prazo da taxa de câmbio causada pelo fato de que o país dispõe de recursos naturais abundantes e baratos, que se beneficiam de rendas ricardianas e, assim, podem ser exportados com lucro satisfatório a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que aquela que torna competitivas as empresas de bens e serviços comercializáveis não commodity que utilizam tecnologia no estado da arte mundial (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Este trecho traz a atenção ao problema principal da

doença holandesa, qual seria o incentivo em ter produtos manufaturados quando a exportação de commodities já gera lucros de alto nível e com menos riscos.

A doença holandesa é uma condição que afeta todas as empresas, com exceção das commodities que a causam. Isto irá impedir que haja investimentos e inovação, já que a taxa de lucro esperada será pequena ou negativa. Se o país neutralizou a doença holandesa no passado, mas depois não o fizer, como aconteceu no Brasil, irá desindustrializar (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Uma das maneiras que a doença holandesa pode ser neutralizada se daria por meio de um imposto sobre a exportação de commodities correspondente à severidade da doença. Tal imposto irá aumentar o custo da commodity, seus exportadores irão reduzir a oferta à taxa de câmbio existente e o mercado se encarregará da depreciação (BRESSER-PEREIRA, 2016b). Enquanto outra maneira seria um aumento linear das tarifas de importação, acrescentando uma “tarifa de câmbio”; isso irá neutralizar a doença holandesa no mercado interno (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

O custo de combater a doença holandesa e restaurar uma tendência de crescimento equilibrado e sustentável envolverá um aumento da inflação e uma redução real de todos os rendimentos (salários e vencimentos, juros, rendas de terrenos e dividendos) com exceção dos lucros das empresas. É isto que é necessário para aumentar as oportunidades de investimento que são debilitadas por uma moeda sobrevalorizada. As políticas propostas resultarão num aumento dos lucros, investimento e exportações, assim como um superávit na conta corrente; isso derivará necessariamente da neutralização da doença holandesa – do deslocamento do equilíbrio corrente para o industrial será então caracterizada por um superavit da conta corrente (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Porem além enfrentarmos uma situação que leva a desindustrialização do Brasil e das regiões como do vale do Paraíba, devemos nos atentar sobre a política de crescimento com endividamento, ou poupança externa, é autodestrutivo: ainda que o déficit em conta corrente seja financiado com investimento estrangeiro direto, o influxo de capital resultante irá apreciar a moeda nacional, reduzir o incentivo ao investimento e o resultado habitual será uma elevada taxa de substituição de poupança interna por externa. Isto significa que a maior parte da poupança externa financiará o consumo e não o investimento adicional, mesmo que o financiamento seja através de investimento direto. Isto não quer dizer que o país deva rejeitar o investimento direto estrangeiro; estes investimentos são bem-vindos se trouxerem

tecnologia ou abrirem novos mercados, e não apenas porque financiam o déficit da conta corrente. O investimento direto estrangeiro irá aumentar as reservas do país e/ou financiar os investimentos estrangeiros diretos do país (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Assim, o Novo Desenvolvimentismo afirma, contra intuitiva, mas logicamente, que os países de renda média não precisam de capital estrangeiro para crescer; crescerão mais rapidamente se apresentarem superávits em conta corrente a maior parte do tempo (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

4 RESULTADOS

4.1 Discussão

O As áreas industriais, também chamadas de parques industriais, são espaços territoriais nos quais estão agrupadas diferentes atividades industriais ou empresariais, que podem ou não ter relações entre si. No estudo feito podemos ver a formação de um deles, o polo industrial localizado no Vale do Paraíba, as áreas relacionam-se com os parques industriais que estão, inclusive, no entorno da Rodovia Presidente Dutra.

Para os moradores locais, quanto mais empresas e indústrias existem na região, mais ocorre a geração de empregos e aumento da renda. O que significa, também, uma economia fortalecida, mais dinheiro injetado no comércio e nos serviços locais, além de maior arrecadação de impostos a serem revertidos em verba para a educação, saúde e desenvolvimento municipal. Todos estes aspectos estão sendo prejudicados com o advento da desindustrialização.

A desindustrialização pode ocorrer naturalmente como observada em certos casos nos quais o aumento de renda da população permite que haja o desenvolvimento de outros setores, que ocasiona a retração do setor industrial a níveis que apenas supram a necessidade da população. Porém há casos como na doença da Holanda em que as consequências são somente negativas, tanto para a população quanto para o governo.

Ao ser discutido a desindustrialização, é importante considerar o contra ponto das políticas que tendem a levar a está situação. O desenvolvimentismo iria além da noção liberal de que o Estado se limita a garantir a propriedade e administrar suas contas fiscais, mas que estaria agindo em maneiras para que possam buscar o mais nível mais alto de desenvolvimento possível da sua região. Teria como principal linha o intervencionismo moderado no mercado, com uma visão mais nacionalista do desenvolvimento econômico e industrial. São vários os possíveis questionamentos de como podemos assegurar o futuro da região.

O desenvolvimento econômico implica o aumento da qualidade e padrões de vida da população assim como um aumento produtivo e de renda por habitante, o que não é razoável acontecer com menor industrialização em uma região ou economia, especialmente quando

não há respaldos ou planos para lidar com a mudança que este cenário traz, demonstrando a necessidade de haver políticas e estratégias para cuidar dessas eventuais crises.

Os indicadores de desindustrialização já perduram desde os anos 80 e indústrias tradicionais, como as do setor automotivo fecharam as portas. É o caso da Ford Cia. e a LG na Cidade de Taubaté, a LG Eletronics

Com as práticas neoliberais econômicas, como as adotadas na economia Brasileira, a globalização conduziu à redistribuição internacional de diversas empresas e a realocação de suas indústrias, assim como a terceirização de produção e serviços, o que atinge também a regiões como a do Vale do Paraíba, pois certas indústrias podem calcular que mesmo com todo o dinheiro já investido, compensaria mais fechar as empresas no nosso território e reabri-las em outros com rentabilidades maiores.

Por isso os problemas da indústria brasileira também precisam ser observados com a ênfase no movimento da globalização produtiva, no qual o capital industrial intensivo em trabalho se desloca para aquelas regiões com maior disponibilidade de força de trabalho barata, enquanto as regiões com abundância de recursos naturais se voltam para o abastecimento do mercado internacional de commodities estratégicas. Precisando então promover medidas para tornar a região mais atrativa aos possíveis investidores.

5 CONCLUSÕES

A saída de unidades fabris das grandes corporações industriais como a Ford, LG e mais recentemente a Cacaó Chery do Vale do Paraíba, indica uma nova ordem internacional dos arranjos produtivos que irá continuar acontecendo independente das consequências diversas que irão gerar nas regiões onde estavam instaladas. Não há evidências de que a desindustrialização seja motivada por fatores como mão de obra cara, carga tributária elevada ou baixa qualificação técnica da mão de obra, por exemplo. O argumento das companhias é coerente com uma nova ordem internacional determinada nas matrizes das multinacionais que pode ser descrita assim: “A suspensão das atividades tem como objetivo ajustar os processos produtivos da planta para novos modelos com tecnologias, visando a modernização e atualização das linhas de produção” (CRU, 2022).

Pode-se afirmar que a desindustrialização como um fenômeno que se encontra Vale do Paraíba coloca os governos da região frente a grande desafio que é encontrar mecanismos que possam manter as empresas que ainda estão na região e desenvolver políticas capazes de mitigar os riscos de crise social aguda após a saída de grandes empresas, à medida em que empregos, rendas, investimentos e desenvolvimento urbano perdem significado comparativamente ao auge da industrialização.

A desvalorização dos ambientes próximos as antigas instalações é uma condição normal que pode ganhar dimensões não somente econômica se antídotos não forem definidos para ocupar os espaços diversos deixados por empresas que já significaram a força do progresso regional.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. Brazilian Journal of Political Economy, v. 36, p. 237-265, 2016b.

SILVA, José Alderir da; DE LOURENÇO, André Luís Cabral. Revisitando o conceito de desindustrialização. Oikos, v. 13, n. 1, 2014.

HAFFNER, Jacqueline A.; SILVESTRE, Jose Maurício. Globalização produtiva e desindustrialização. Carta Internacional, 2016. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/365/316>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003

VIEIRA, Edson Trajano. Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.